



Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

**Geográfica**  
CIÊNCIA  
[www.agbbauru.org.br](http://www.agbbauru.org.br)

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.1.2025.4191>

## DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA: A CRÍTICA DA CRÍTICA CRÍTICA<sup>1</sup>

DIALOGUES BETWEEN PHYSICAL GEOGRAPHY AND HUMAN GEOGRAPHY: CRITIQUE OF CRITICAL CRITICISM

DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFÍA FÍSICA Y GEOGRAFÍA HUMANA: LA CRÍTICA DE LA CRÍTICA CRÍTICA

**João Victor Moré Ramos<sup>2</sup>**

 0000-0002-6622-1477  
joao.ramos@udesc.br

1 Esse texto foi produzido em homenagem aos 100 anos do saudoso mestre e professor Aziz Nacib Ab'Saber, da qual devo grande parte da minha formação como aprendiz de geógrafo.

2 Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Substituto de Geografia Humana na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisador do Instituto Ignacio Rangel (IIR), do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR/UFSC) e Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN/UDESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6622-1477>. E-mail: joao.ramos@udesc.br

Artigo recebido em outubro de 2024 e aceito para publicação em maio de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**RESUMO:** Além da problemática que compete a crise da categoria de totalidade na geografia e suas inter-relações entre natureza e sociedade, procurou-se neste trabalho promover o diálogo entre geografia física e geografia humana, a partir dos paradigmas do geossistemas e da formação econômico-social nesse primeiro quartel do século XXI, pois, a rigor, este se apresenta como elo central da intersecção geografia-marxismo capaz de “orientar” e se “auto movimentar” enquanto teoria e método do desenvolvimento humano regido pelas leis naturais e sociais.

**Palavras-chave:** Geografia. Geossistemas. Formação econômico-social.

**ABSTRACT:** In addition to the problems related to the crisis of the category of totality in geography and its interrelations between nature and society, this work sought to promote dialogue between physical geography and human geography, based on the paradigms of geosystems and economic-social formation in this first quarter of the 21st century, since, strictly speaking, this presents itself as a central link in the geography-Marxism intersection capable of “orienting” and “self-moving” as a theory and method of human development governed by natural and social laws.

**Keywords:** Geography. Geosystems. Economic-social formation.

**RESUMEN:** Además del problema que atañe a la crisis de la categoría de totalidad en geografía y sus interrelaciones entre naturaleza y sociedad, este trabajo buscó promover el diálogo entre geografía física y geografía humana, a partir de los paradigmas de los geosistemas y la formación económico-social en este primer cuarto del siglo XXI, pues, en rigor, éste se presenta como un eslabón central en la intersección geografía-marxismo capaz de “orientarse” y “auto-moverse” como teoría y método de desarrollo humano regido por factores naturales y leyes sociales.

**Palabras clave:** Geografía. Geosistemas. Formación económico-social.

“Digo e repito: nós no Brasil precisamos aprender a contestar os idiotas”<sup>3</sup>  
(Aziz N. Ab’Saber)

## INTRODUÇÃO

Comumente, a crítica radical introduzida nos estudos geográficos pela “renovação” geracional da Geografia brasileira - a chamada jovem guarda - surgida na esteira do III Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros em Fortaleza (1978), tem-se revelado insuficiente, quando não débil, no que diz respeito à discussão que se estende até nossos dias, como a criação de “novas” epistemologias, novas teorias e metodologias utilizadas na orientação de pesquisas a fim de satisfazer o modismo pululante do mercado de ideias, outrossim, na desfaçatez da reprodução do positivismo lógico sob o verniz da crítica (Mamigonian, 2008).

Não por acaso, ainda imperam entre os geógrafos excessivos debates ineptos, como se pode observar em diversas publicações científicas que reforçam a institucionalização da geografia e “do status quo” através da pluralidade epistemológica na formação de professores (Pereira, 1989), seja

em encontros nacionais (ENG) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), como também nos de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE) entre outros.

Ora, Sartre (2002, p. 30), a meio século atrás, ao reafirmar o marxismo como filosofia insuperável<sup>4</sup> de nosso tempo (filosofia da totalização do saber contemporâneo) já havia advertido sob os riscos de adoção do “realismo pluralista” ao “tê-lo reencontrado entre os fascistas”, que, a rigor, não levavam em conta que “o concreto é história e a ação é dialética”, isto é, que a pluralidade metodológica nada mais é do que a porta de entrada ao fascismo, este que, segundo Togliatti, está sempre “em desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou modelo” (Konder, 2009, p. 170).

No entanto, é bom lembrar, que Marx foi “muito categórico” quando afirmou que o mundo não poderia “ser transformado senão em obediência a suas próprias leis e que o conhecimento dessas é nossa função precípua”, e nesse sentido, conforme assinalou Rangel (1982, p. 144), o “marxismo”, como teoria e método (filosofia da práxis), se não tomadas as devidas advertências iniciais poderia “ser convertido em um dogma morto, capaz de justificar as coisas mais tolas”, distante, portanto, de “ser um poderoso instrumento de penetração na realidade”, da qual nos habilita, “segundo nossas conveniências, e respeitados os limites que não estão em nossa vontade, mas na própria vida, intervir nessa mesma realidade”.

Igualmente, é reveladora a perda de credibilidade das publicações em revistas científicas de cunho geográfico mundo afora, que acabaram se rendendo a massificação de produções gastrointestinais serializadas em atendimento as normativas jurídico-institucionais internacionais em um brutal processo de mercantilização curricular cujo movimento reflete em um acúmulo de especializações aguçadas pela competição irracional do sistema capitalista (Santos, 1989).

Por outro lado, é verdade que nesse início de milênio não há mais como negar que a grande crise histórica que se arrasta desde a abertura depressiva do 4º ciclo de Kondratiev (1973) é uma crise que atravessa todos os campos do saber, pois mesmo diante dos avanços de determinadas ciências de vanguarda posicionadas nas últimas fronteiras do conhecimento, há que se considerar que a decadência do mundo ocidental tem se extravasado por todos os poros da comunidade científica (Mamigonian, 1999a).

No entanto, é possível encontrar, mesmo diante dessa “crise de paradigmas”, uma certa dose de otimismo nas iniciativas excepcionalmente exitosas mantidas entrincheiradas em alguns centros nacionais de pesquisa distantes do eixo Rio - São Paulo, bem como o hercúleo trabalho de professores já aposentados que continuam abrindo caminhos na Geografia com novas temáticas de pesquisa, e até mesmo alguns estudiosos batalhadores que se mantêm dedicados a decifrar a realidade concreta em suas múltiplas determinações sem perder de vista o processo histórico como pano de fundo.

Processo histórico este que, não custa lembrar, se apresenta como um movimento único e universal, regido por leis internas e externas, e em unidade de contrários cujo desenvolvimento se dá em forma de espiral com infinitas possibilidades de materialização, mesmo que pelas continuidades e descontinuidades do tempo histórico se repetem “aparentemente” sob novas formas, numa base “superior”.

Com efeito, sem adentrarmos diretamente em outros campos do saber, que também enfrentam dificuldades semelhantes em seus respectivos segmentos hoje multifacetados e cada vez mais especializados pela profunda “divisão social do trabalho intelectual”, nos restringimos aqui a debater stricto senso a problematização da crise de paradigmas inerente a nossa ciência mater, a saber, a Geografia.

E isto porque, dado as suas devidas proporções, seria impossível nos prazos relativamente curtos a que dispomos para elaboração deste trabalho avaliar a complexidade do fenômeno da “crise histórica”

manifestada nos demais campos do saber, posto que um movimento como esse exigiria contar com uma equipe multidisciplinar organizada e trabalhando em conjunto de forma complementar.

Todavia, como advertência inicial, afirmamos aqui, na contramão do que poder-se-ia supor um breve abandono da interdisciplinaridade recorrente à nossa própria ciência geográfica, na verdade, o que estamos a endossar é a ideia de supressão das ciências naturais e humanas particularizadas sob o capitalismo, pois não há mais dúvidas do papel nefasto desempenhado pela ideia da existência de um “determinismo”, seja ele - do meio natural, do econômico, do ambiental, do cultural, do político, do geográfico, do social, etc. etc. – que substitui, ou até mesmo exclui a objetividade histórica e geográfica tida como uma “velha” e superada ciência, por novas roupagens da moda atual.

Para nós, e este é o tema da segunda parte do artigo onde debatemos a questão do método sob os paradigmas geográficos, não há razão plausível que justifique a separação e compartimentação das ciências de modo geral, como se houvesse uma explicação econômica dos fenômenos, como também uma explicação geográfica, antropológica, sociológica, biológica, etc. O que há, de modo evidente, é que essas explicações setoriais refletem parcialidades fenomênicas não vistas em sua totalidade, e que, por outro lado, utilizando-se de uma suposta “autoridade” disciplinar “consensualmente” aceita pela comunidade “científica”, faz com que tais explicações setoriais (particulares) corroboradas pelo empirismo abstrato – de cunho experimental e de laboratório - transcendam a uma categoria universalizante firmando-se como explicações totalizantes da realidade.

E aqui, obviamente, não se trata de uma dualidade entre o “todo” e suas “partes” cujas ciências ditas setorializadas apresentar-se-iam como partes do todo, cuja soma seriam a própria expressão da totalidade, ou que, por outro lado, no sentido inverso do termo, a própria totalidade se manifestaria em suas partes, medidas e datadas, por assim dizer, pela relação espaço-temporal a maneira de uma síntese. Isso seria o mesmo que negar o desenvolvimento desigual e combinado próprio da objetividade e universalidade do processo histórico e de seu desenvolvimento traduzido na unidade do diverso, ou, dito de outro modo, na “contemporaneidade do não-coetâneo”.

Paradoxalmente ao que foi dito, é possível afirmar que a posição do “técnico-especialista” na observação e explicação dos fenômenos vistos em sua “particularidade” podem atingir uma “explicação total”, - ou totalizante se assim for - quando este for capaz de ultrapassar a natureza “técnico-científica”, e adentrar no espectro social cujo elemento principal se dá pelo compromisso com a sociedade, - afinal um compromisso político e humanístico, uma correia de transmissão “popular” que não se limita aos aspectos exclusivamente teóricos-ideológicos para “iniciados”, mas que ultrapasse o cerco da ciência produzida por poucos - “cientistas” – e passe a ser produzida por todos.

Nesse sentido, o desafio que hoje enfrenta a Geografia brasileira, e diríamos, sem pretensão alguma, de incluir aqui a Geografia que se apresenta a nível mundial é justamente aquela de eleger a tão “sonhada” unidade do gênero humano como um “ser-em-si e para si”, destravando as fragmentações da ciência em geral sob o jugo do capitalismo, e projetando-se ao futuro as matrizes científicas originárias da humanidade, sobretudo as trigêmeas siamesas - história, geografia e filosofia – bases fundamentais da crítica a economia política.

Ao fim e ao cabo, se a Geografia tem algo a nos dizer quanto aos seus paradigmas, é mais por suas verdadeiras preocupações totalizantes de localizar, descrever, analisar e explicar os fenômenos naturais e sociais manifestados por todo o *Kosmos*, - como se vê nos estudos de A. von Humboldt (1848), que deram origem a geografia moderna da qual conhecemos – do que pelo simples compromisso voluntário, ou

qualquer espécie de conversão servil ao mandarinato geográfico de professores esclarecidos (Tragtenberg, 1978) que buscam salvar demiúrgicamente a própria Geografia, quando não o Brasil e o Mundo.

Ora, é assim que chegamos a intersecção geografia-marxismo, ambas herdeiras da filosofia clássica alemã, e por assim dizer, da razão dialética, que não se deixa enveredar por falsas dicotomias entre racionalismo e empirismo, procurando, sob o ponto de vista da totalidade, decifrar e transformar a realidade em suas múltiplas determinações.

Além da problemática que compete a essa inter-relação caras ao paradigma de geossistemas, procurou-se resgatar e aprofundar aqui as reflexões desenvolvidas por Vieira (1992) a respeito do paradigma de formação sócio-espacial nesse primeiro quartel do século XXI, pois, a rigor, este se apresenta como elo central da intersecção geografia-marxismo capaz de “orientar” e se “auto movimentar” enquanto teoria e método do desenvolvimento histórico ancorado nas categorias de modo de produção e formação social.

Ao fim e ao cabo, a retomada do debate em torno dos paradigmas centrais da geografia moderna, e sua reaproximação com o marxismo no início do século XXI, pode contribuir, não só para futuras pesquisas que se colocam a buscar as razões e os elementos centrais dos avanços e recuos que levaram a perda de velocidade e qualidade da própria ciência geográfica, bem como do próprio marxismo ao longo do século XX, mas também orientar, de maneira despretensiosa, àqueles que se prestam ao ensino da geografia, tomando em conta a possibilidade de absorver os métodos e técnicas da ciência de vanguarda, sem perder de vista as particularidades que forjaram a formação social brasileira, isto é, o avesso do moderno como lembra Nísia Trindade Lima (2013) em “Um Sertão chamado Brasil”.

Aliás, se a reformulação dos processos de ensino-aprendizagem se faz cada vez mais necessário mediante as transformações das dinâmicas sociais que estão na ordem do dia, a retomada da visão holística e o viés humanista projetado para atender essas demandas tornam-se condição *sine qua non*. É como diz Lenin (2018, p. 336-337) para quem o “conhecimento do ser humano não é uma linha reta, mas uma linha curva que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral”. Ora, retilinidade “e unilateralidade, imobilidade e ossificação, subjetivismo e cegueira subjetiva, voilà as raízes epistemológicas do idealismo”. E nesse sentido, o idealismo filosófico “tem, naturalmente, raízes gnosiológicas, e assim, “não é desprovida de terreno”, embora seja “indiscutivelmente uma flor estéril, mas uma flor estéril que cresce na árvore viva do vivo, frutuoso, verdadeiro, poderoso, onipotente, objetivo, absoluto conhecimento humano”.

## NATUREZA E SOCIEDADE: A TOTALIDADE COMO UNIDADE INDISSOCIÁVEL<sup>5</sup>

É natural da própria Geografia, desde a sua gênese até a atualidade, ter passado por momentos de crise, ruptura e renovação, abrindo um leque de tendências postas sobre o movimento contraditório e permanente da realidade entre as tensões que permeiam o todo. Se no mundo grego (séc. V a.C.), a unidade contraditória entre o social e o natural foi posta em cheque pela transição de uma democracia ateniense de pequenos produtores (agricultores e artesãos) ao surgimento de uma aristocracia rural escravista, que, a rigor, mais empobrecia do que enriquecia a unidade contraditória (natural/social), por outro lado, é na gênese da geografia moderna (séc. XIX) que, tanto na Alemanha, como na França, cada qual as suas peculiaridades, que, buscar-se-á como retomada, a tentativa de integrar criativamente a unidade natureza/sociedade (Mamigonian, 1999b).

Todavia, é bom lembrar, que a Geografia desde os gregos, (com Heródoto à frente), esteve em busca de localizar, descrever e explicar o mundo, naturalmente, procurando decifrar a dinâmica das leis sociais, cada vez mais complexas com a transição em curso, bem como as leis naturais, repletas de combinações simplificadas, isto é, combinações lentas. Ora, nascia então o objeto da geografia, “em torno de uma visão holística” que abarcava o “natural e o social” de forma integrada, muito embora a dinâmica de “suas leis não sejam as mesmas e suas relações sejam mutáveis e de difícil apreensão” (Mamigonian, 1999c, p.168).

Havia, por assim dizer, na gênese da geografia grega, a busca de uma visão global, isto é, de conjunto da natureza e da sociedade, ou, em outras palavras, a implícita categoria de Totalidade, como também, a interdisciplinaridade dos campos de conhecimento que surgiam simultaneamente à própria Geografia, como foi o caso da História (Tucídides), do Teatro (Sófocles), e da Filosofia, que, com Sócrates, levantou a questão do “conheça-te a ti mesmo”, levando a Geografia muito além de simples comparações geopolíticas motivadas pelas invasões bárbaras (o raciocínio estratégico), ou até mesmo, pela busca de um conhecimento erudito sobre a natureza e a sociedade, mas, sobretudo pela promoção da autocritica, e a autoanalise. Eis que surgiu então a primeira crise de objeto, de método, e de significado, que colocou a intelectualidade grega a pensar porque nós gregos, já não somos os gregos de antigamente, já não somos mais os gregos helenísticos (Mamigonian, 1999c).

Com efeito, a cisão entre o natural/social só foi encontrar no século XIX, uma tentativa de integração, com aquilo que poder-se-ia chamar de segunda gênese da geografia, ou chamada geografia moderna de Humboldt e Ritter. Mas, vale lembrar, que entre as duas gêneses da geografia, houve alguns avanços em diversos campos do saber geográfico, conforme assinalou De Martonne (1953) chamando atenção para a evolução da cartografia, com o avanço do capitalismo mercantil europeu (Holanda, Portugal, Espanha), durante o período das grandes navegações, que constituía, a rigor, um novo mapa da geografia balizado pelo surgimento das relações centro-periferia, bem como o avanço dos relatos de viagem, disseminados sobretudo, pela geografia feita pelos árabes e muçulmanos durante os séculos IX ao XIV.

Ora, o advento da Revolução Industrial no final do século XVIII, modificou radicalmente as relações entre sociedade/natureza, abrindo um período de “grande crise histórica” conforme assinalou C. A. de F. Monteiro (2021) em “A geografia neste agora e num certo outrora”, quando o capitalismo industrial inglês se fez hegemônico economicamente no mundo (A. Smith) ao passo que o iluminismo francês (positivismo) revolucionava as instituições burguesas a partir da Revolução francesa (Mamigonian, 1996).

Diante do desafio imposto pelo advento do capitalismo industrial (Inglaterra e França), o atraso alemão na corrida pela industrialização de forma tardia não só foi levado a radicalizar o pensamento iluminista, com a criação da filosofia clássica alemã (Kant/Hegel), afinal, a setorialização das ciências se dava de modo cada vez mais acelerado na medida em que a própria ciência se transformava em força produtiva autônoma (Mamigonian, 1996). Por outro lado, além do esforço filosófico, houve pelo viés antropológico-cultural a construção do nacionalismo germânico que precocemente avançou através das políticas-econômicas do Zollverein, ampliando as fronteiras e construindo o “sentimento” orgânico de nação, e não menos importante, a construção de uma visão ofensiva geopolítica do mundo, que traduzia a natureza e o território como potencialidade de recursos (Niveau, 1969).

Essas combinações resultaram, a rigor, a retomada da unidade natural/social conforme foi assinalado anteriormente, reposicionando a geografia de forma criativa, com os estudos de Humboldt em suas viagens aos Andes que, a princípio, pode sistematizar todo um complexo de relações de causalidades dos fenômenos da natureza (climato-botânicos), bem como seus estudos políticos sobre a ilha de Cuba, da qual sintetizou precocemente, as inter-relações sociais das quais Marx assinou como o estudo das formações econômico-sociais (Mamigonian, 2019).

Ora, se a geografia nascia mais à direita do espectro político, com os estudos de A. von Humboldt (nobreza prussiana), interessada, sobretudo em posicionar a Alemanha, até então, como uma semiperiferia do centro dinâmico capitalista, ao próprio centro dinâmico do capitalismo, é também na Alemanha, com a crítica a Economia Política de Marx que nasce o marxismo, ambas, geografia e marxismo, herdeiras de raízes comuns, isto é, a filosofia clássica alemã, que a rigor, longe da fragmentação das ciências, e, por assim dizer, da dicotomia natural/social, são edificadas com viés holístico, e integrador da natureza e da sociedade, e de suas interconexões, sem reducionismos pré-determinados (Mamigonian, 1996). Em outras palavras, tanto a geografia como marxismo atuavam através da razão dialética na transversalidade entre os campos do conhecimento, pois, afinal, tanto o positivismo-funcionalista, bem como o utilitarismo, mesmo dentro da árvore do conhecimento parafraseando Goethe<sup>6</sup>, seus galhos já nasciam estéreis (Lenin, 2018).

Com efeito, é bom lembrar, que se o atraso alemão edificou as bases da geografia moderna e do marxismo, cuja unidade natural/social se fez *avant la lettre*, isto é, a partir dos estudos concretos da realidade cujo o “real é a síntese de múltiplas determinações” (Marx), no caso francês, o avanço da geografia, e por assim dizer, da unidade natural/social se deu de forma defensiva e conservadora (La Blache, Brunhes, etc.) já que a Revolução Democrático-Burguesa na França, havia promovido a reforma agrária, e as modernizações capitalistas no campo, foram a rigor, realizadas de forma lenta, gradual e segura, muito pelo fato de que o campesinato francês havia se aliado a burguesia parisiense na Revolução Francesa (Mamigonian, 2003).

Trocando em miúdos, com a permanência do campesinato francês, que não foi destruído – como foi no caso alemão com a Unificação Alemã realizada pelos médios-senhores feudais prussianos expropriando o campesinato – as relações natural/social foram cristalizadas nos estudos dos “gêneros de vida”, cristalizadas no tempo e no espaço, cujas monografias regionais, revelavam certo grau de permanência por longos períodos em uma visão quase inerte das crises e transições. Nos estudos regionais, por exemplo, a região natural era o “grande” conceito unificador do natural/social, numa visão idílica das relações homem-meio, que pouco avançavam nas conexões com outras escalas além da região (Mamigonian, 2003).

Curiosamente, no final do século XIX, o advento da 2<sup>a</sup> Revolução Industrial que colocara a Alemanha e os EUA na dianteira do desenvolvimento tecnológico, fez com que as raízes do capitalismo concorrencial do século XIX, passasse por novas transformações, das quais, a mais importante foi a centralização e concentração de capitais dando origem ao capitalismo monopolista cujo papel do Estado com interventor da economia deu origem ao imperialismo de novo tipo, cuja competição imperfeita, subsumiu a livre-concorrência neo-smithiana, ampliando, por assim dizer, as rivalidades intercapitalistas entre as nações (Lenin, 2011).

Não obstante, durante esse período a geografia sofreu um revés que, a rigor, se estendeu até o último quartel do século XX com o advento de uma nova crise (de objeto, de método, e de significado)

permanecendo no debate as infrutíferas relações homem-meio (possibilismo-determinismo), numa dicotomia permanente entre as interconexões natural/social. Contudo, isso não quer dizer que não houve, ao longo dessa trajetória histórica, iniciativas que, procuraram aproximar geografia e marxismo, como foi o caso da “École dos Annales”, ao redefinir, objetivamente o conceito de região ao devido grau das contradições instaladas entre as relações sociais de produção e as forças produtivas em escala mundial, isto é, retomando a categoria de totalidade, - que, em princípio, procurava articular as combinações geográficas mais simples (naturais, físicas, biológicas, etc.) da qual as transformações são mais lentas, às mais estruturais e complexas, como é o caso das combinações (econômico-sociais), e da política (evento) mais rápidas no tempo e no espaço – e a interdisciplinaridade que procurava absorver habilidades e especializações de outros campos de conhecimento. O mediterrâneo de F. Braudel é um típico estudo de alto nível geográfico promovido por essa escola (Mamigonian, 1999b).

Até a crise dos anos 1970, é bom lembrar que houve inúmeras tentativas de retomada da unidade natural/social em diferentes partes do planeta, sobretudo, no pós-guerra, quando a emergência de uma geografia ativa na França com Pierre George à frente, procurou-se novamente aproximar a geografia do marxismo e construir a unidade cindida, que extrapolava diversos debates, já não mais somente entre as relações homem-meio, determinismo-possibilismo, mas também entre a falsa dicotomia geografia geral/regional, (Mamigonian, 1999b; 1999c) entre outras contradições que se espalharam com o avanço do neopositivismo com a geografia teórica nos EUA, a cargo do artigo do excepcionalismo de F. Schaefer (1977). Se de um lado, a geografia, buscava o enriquecimento da disciplina com a retomada da integração natural/social, de outro, era penalizada, com o empobrecimento da matematização imposta pelas análises espaciais, muito difundidas pelas escolas neopositivistas.

Por outro lado, é bom lembrar, que durante a década de 1950 e 1960, fruto dessa aproximação da geografia com o marxismo na França, e a chegada de J. Tricart, J. Dresch, Birot, Orlando Valverde entre outros aqui no Brasil, a geografia ativa francesa, acabou de certo modo, contribuindo para o avanço da unidade natural/social e a construção de uma geografia nacional de alto nível, consagrada durante o Congresso da UGI realizado em 1956 no Rio de Janeiro (Monteiro, 1980).

Ora, essa escola de geografia notadamente foi pioneira na construção de paradigmas unificadores para os estudos de Geografia, seja ela física, como por exemplo, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, absorvendo da Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1950), acabou se aproximando dos estudos de geossistemas desenvolvidos por Sochava, Bertrand, etc.; ou Milton Santos (1977), ao aproximar a geografia do marxismo, no celebre artigo “Formação social como teoria e como método”, retomava pelo lado da geografia humana, a possibilidade dos estudos da sociedade.

Em outras palavras, após a crise dos anos 1970, a geografia brasileira havia redefinido suas duas portas de entrada para os estudos tanto da natureza, como da sociedade, ao retomar a categoria de totalidade e interdisciplinariedade caras ao pensamento holístico, da qual reconhece graus de autonomia referentes aos estudos da natureza, e aos estudos da sociedade, e suas interconexões. Em outros termos, abria-se a possibilidade de unificar o natural/social, sem manter a natureza como base social (reducionismo naturalista), sem inverter a relação e cair em um reducionismo social (econômico), afinal a natureza também possui suas próprias leis naturais, e por fim sem dissociar os dois termos da questão ontológica, como se estivessem separados e não houvesse nenhum tipo de inter-relacionamento entre si (Mamigonian, 1999c).

Com efeito, é bom lembrar, que o texto celebre assinalado acima, acabou, de certo modo, contribuindo para um “apartheid” entre a geografia física e humana durante os anos 1980, conforme assinalou Monteiro (2021) e que possivelmente se estende até os dias atuais, ao passo, que se por um lado, para Milton Santos só havia natureza transformada para qual Marx chamou de “segunda natureza”, a primeira natureza acabava sendo escamoteada nos estudos geográficos da qual a geografia física se utiliza para desvendar, descrever e explicar os fenômenos naturais.

Diante dessa crise de sociedade, de civilização, das ciências (inclusive a geografia) que se arrasta até os nossos dias atuais, quais seriam as tendências hoje em curso para a retomada da intersecção natureza e sociedade no século XXI? Afinal, os paradigmas de geossistemas e formação econômico-social ainda são capazes de explicar a realidade em profunda transformação, com o avanço da revolução tecnológica, da logística, etc., em andamento no mundo, além da irrupção de novos agentes sociais e graus de complexidade cada vez superiores nas relações sociais de produção?

## A CATEGORIA DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL COMO TEORIA E MÉTODO

Milton Santos (1977, p. 85) teve o mérito de aproximar as bases teóricas do marxismo à geografia no final da década de 1970 ao eleger a categoria de “formação econômico-social” como noção fundamental para aqueles que se propõem estudar “a marcha da natureza” e das sociedades historicamente determinadas como todo “problema maior do materialismo histórico e da prática política” das transições.

Aliás, Marx foi o primeiro a chamar atenção às duas vias de transição do modo de produção feudal, “onde o produtor se torna mercador e capitalista, em contraposição à economia agrícola e ao artesanato”, isto é, a “via revolucionária”, ou, quando o “mercador se apodera diretamente da produção”, como foi o caso do comerciante inglês do século XVII” (Marx, 1988, p. 239), no qual Lenin batizou de “via prussiana” cujo latifúndio ligado “por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo junker”, sem desconsiderar a possibilidade de “combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista” (Lenin, 1985, p. 10-11). É daí que Dobb (1977, p. 60) acerta em privilegiar “as contradições internas” como motor da dissolução do feudalismo na Europa, embora no caso brasileiro, caberia considerar a tese do capitalismo comercial de P. Sweezy, já que “na origem de nossa economia está um ato de comércio exterior em estado puro, por assim dizer” (Rangel, 1957a, p. 71) que depois daria origem a via prussiana brasileira com a Revolução de 1930 (Mamigonian, 2019).

No entanto, se o primeiro esforço teórico de Santos (1977) foi capaz de dissipar os equívocos latentes entre os conceitos de modos de produção e formação social, sinalizando que se o primeiro escreve a “História no tempo”, e o segundo a História “no espaço”, isto é, segundo Rangel (1993, p. 7), sob a perspectiva do “tempo” e da “geografia”, afinal história e geografia são categorias ininteligíveis uma sem a outra, sua tentativa de afirmar a primazia do “espaço como instância” no interior da categoria F.E.S., e, sobretudo, o espaço como objeto da ciência geográfica, acabou por empobrecer as intersecções entre marxismo e geografia.

É que, segundo Mamigonian (1979), Santos acabou por sobrepujar o interesse pelo “domínio das dinâmicas sociais” nos estudos geográficos (Santos, 1977, p. 88) sem qualquer “capacidade de gravitação política”, ou “compromisso prático com o movimento operário, com sua organização, e com a iniciativa política” (Sereni, 2013, p. 327), insistindo por fim, em “uma visão acadêmica e compartimentada dos conhecimentos em geral e da geografia em particular” (Mamigonian, 1996, p. 205).

Certamente, há vários elementos que corroboram essa afirmação, a começar pela suposta crise do marxismo na América Latina, que muitos intelectuais de extração marxista logo se orientaram, uns mais outros menos, “a pagar o dinheiro de Caronte” àquela conhecida passagem de Stalin, para quem a “história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção”, isto é, “o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo” (Rangel, 1978, p. 80-81).

Nessa seara, é notório o consenso da crítica marxista em promover essa tal “desobstrução metodológica”, mas que para efeito de análise tomemos brevemente como exemplo a negação da existência do feudalismo no campo brasileiro, - com C. Prado Jr., J. Gorender, entre outros, que relutaram em aceitar a ideia de uma “sociedade (e economia) externamente feudal” (Rangel, 1978, p. 83) – esboçado até mesmo por Santos (1977, p. 82-83), quando endossou a ideia de que o “longo reinado de Stalin” concorreu “contra toda a renovação” da categoria de Formação econômico-social, bem como a construção de uma teoria espacial capaz de orientar os “espaciólogos no Terceiro Mundo” nas tarefas da planificação (Santos, 1976, p. 26).

No caso da Geografia, esses falsos dilemas acabaram em desdobramentos mais profundos, com a substituição de todo o problema do materialismo histórico e da prática política, isto é, os problemas das crises e transições, por uma tendência de inserir o espaço como fez Barrios (1977, p. 36) ao “surpassing the ecological boundaries and comprising all social problems gains ground in the field of study of urban regional phenomena”, seguido por Santos (1977, p. 82), quando assinalou que “natureza e espaço” devem ser tratados como “sinônimos”, ou Moreira (1982, p. 36), para quem a “primeira natureza não ultrapassa a “relação homem-meio”, isto é, não há “espaço físico geográfico puro” conforme assinalou A. Lipietz (1988, p. 25).

É daí que Milton Santos irá insistir na “noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica” mais adequada para ajudar na formulação da teoria “cuja evolução diferencial das sociedades” se dá em seu “próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor” (Santos, 2004, p. 246).

Dessa prerrogativa, Santos (2004) introduziu no debate a ideia do espaço como instância social, e sua interdependência junto às categorias de modo de produção e formação social. Conforme expressou, a formação social estaria condicionada de forma subordinada-subordinante pela organização do espaço dado a unidade e a descontinuidade do processo histórico. E acrescentou que no espaço particular é onde se realiza as formações sociais, enquanto que no espaço geral os modos de produção além de escreverem a História no tempo, aparecem como possibilidade de realização.

Daí a apropriação da ideia sartreana de uma “inércia dinâmica” quando se trata do espaço humano, pois para Santos (1977), o espaço se reproduz no interior da totalidade, tornando-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Dessa manobra teórica realizada por Santos, nota-se uma atribuição arbitrária a ideia de espaço geográfico enquanto instância social e categoria de análise, reduzindo o objeto da Geografia (a natureza e a sociedade) a uma vaga ideia de valorização do espaço geográfico (Santos, 1977), ou de uma espacialidade dos processos sociais.

O espaço enquanto inércia dinâmica (ativa) como propôs Santos ao significar que “as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos” (Santos, 2004, p. 185), possuiria leis próprias com uma espécie de reprodução ampliada e certa autonomia relativa, não sendo apenas “um reflexo dos modos de produção atual”, pois também aparece como “memória dos modos de produção do passado” – o prático-inerte de Sartre - influenciando a própria estrutura dominante (*Ibid.*, p. 183).

Ora, essa determinação representada pelo espaço enquanto “inércia dinâmica” é uma meia-verdade se partirmos do pressuposto que existam leis objetivas na dinâmica das formações sociais periféricas como categorias da realidade, sobretudo da formação nacional brasileira como um caso particular. Em nosso entendimento, o espaço quando considerado uma instância social, - uma estrutura espacial total em substituição ao modo de produção – não permite desvendar, por assim dizer, seu aspecto passivo, de síntese fraca, ora ignorado ou reduzido a uma dialética sem síntese à moda dos hegelianos moderados (Vianna, 2004).

No caso da inércia dinâmica do espaço enquanto síntese forte, que exerce uma ação - um poder de atração de forças centrípetas e/ou centrífugas - é evidente que se tomarmos como exemplo o planejamento e a construção de Brasília nos anos 1950 bem como “a abertura da fronteira oeste para o capitalismo brasileiro” com o “objetivo de território e população” (Vianna, 2004, p.49) a produção do espaço ganha contornos territoriais, organizativos e instrumentais exercidos pelo poder das classes dominantes que conduzem através de uma ação política estatal de planejamento e dominação a edificação do capitalismo de Estado no Brasil - onde naquele momento foi representado pelos interesses da grande burguesia latifundiária que procurou desviar a “atenção dos interesses populares de questões fundamentais como a dominação crescente da economia brasileira pelas grandes empresas multinacionais” (Mamigonian, 1979, p. 13).

Naturalmente, como afirma Mamigonian (1979, p. 13), nós costumeiramente nos esquecemos de que

o resultado de Brasília como cidade, é um resultado no mínimo lamentável: grandes autopistas, grandes autoestradas, carros passando a 80 km/h, uma desumanidade brutal, simplesmente quebrada, digamos pelo bucolismo, pela tranquilidade que são as superquadras, mas nós nos esquecemos que nestas superquadras, que são extremamente agradáveis de morar, estão as residências dos quadros civis e militares do poder central, onde todas as espécies de segregações acontecem de maneira brutal. Então o que há de agradável em Brasília, que são as superquadras, constitui uma apropriação dos quadros dos servidores do poder, dos quadros civis e militares. Sabemos que as embaixadas e grandes mansões estão, por seu turno, segregadas para o melhor lado de Brasília, que é o do lago. Por outro lado, sabemos que o “minhocão” de 600 metros na Universidade e que todas as demais construções de Brasília de grandes proporções, tipo “Praça dos Três Poderes”, nada mais fazem do que legitimar um poder extremamente centralizado e um poder a serviço da exploração. Quer dizer, uma arquitetura que se aproxima da grandiosidade que tem muito pouco de humana, a grandiosidade justamente do poder, a grandiosidade classista, a grandiosidade stalinista, a grandiosidade fascista (Mamigonian, 1979, p. 13).

Na verdade, o espaço enquanto síntese fraca, passiva, ou critério de análise da sociedade por todas as ciências sociais, e não de gozo exclusivo e especializado como objeto da geografia, permite engendrar em sua totalidade abstrata a via de transição que remete a especificidade de uma formação econômico-social historicamente determinada e localizada no território mediante o desenvolvimento desigual de múltiplas combinações.

Isto quer dizer que a dinâmica do espaço enquanto síntese fraca, mesmo considerada como uma segunda natureza aparece como uma mercadoria peculiar nas relações entre economia e apropriação do território – uma verdadeira reserva de valor. O acesso à propriedade territorial, por exemplo, na peculiar transição do latifúndio feudal para latifúndio capitalista no Brasil – uma variante da via prussiana – já não se realiza mais por motivos jurídico-políticos, mas sim como um problema

financeiro, ou seja, uma demanda especulativa que, “em última instância, é o que determina o comportamento do preço da terra” (Rangel, 2005, p. 139).

## **MODOS DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL**

Retomando brevemente o debate teórico interrompido sobre a intersecção marxismo-geografia, é possível dizer com Vieira (1992) que Luporini e Sereni conseguiram reassumir o nexo axial do pensamento marxista-leninista originário das categorias de modo de produção e formação econômico-social (F.E.S.), a quem Milton Santos procurou dialogar e sugerir, a partir de sua reformulação, a categoria de “formações sócio-espaciais” (Santos, 1977, p. 93).

Se em Sereni (2013, p. 315) pode-se ler que a categoria de F.E.S. apresenta “a unidade (e, agregaremos a totalidade) das diferentes esferas – econômico, social, político e cultural da vida de uma sociedade; e expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”, é Luporini (1975, p. 212, tradução nossa) que se pode encontrar, em síntese, a prática política leninista, que teve tanto nas tarefas de realização da revolução democrático-burguesa, quanto no conceito de “transição ininterrupta” seus elementos chaves.

Daí que Luporini (1975, p. 211-213, tradução nossa) irá propor para a categoria de F.E.S a possibilidade historiográfica de sua periodização, sustentada pelos estudos de Lenin sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, que soube analisar com rigor e com certa dose de sacrifício (ao excluir conscientemente alguns setores da experiência real), que são característicos, em geral, de todas as pesquisas científicas que tem a consciência de que podem chegar a conclusões probatórias através de um esforço em maximizar a homogeneização dos elementos considerados, e a consequente demarcação do objeto de pesquisa, por mais amplo que seja.

Já Santos (1976, p. 23), afeito em “construir uma teoria espacial” em conjunto com os “espaciólogos” terceiro-mundistas vigentes naquele período, procurou elaborar uma convincente solução teórica para o debate em torno da categoria de F.E.S. ao endossar as teses de Said Sha e Ph. Herzog, para quem o “modo de produção e formação social devem ser pensados teoricamente ao mesmo tempo” (Santos, 1977, p. 88), e considerar que ambos “son objetos reales, históricos”, e por isso mesmo representam una “totalidad, un todo social” (Silva, 2009, p. 132).

Daí irá propor o espaço como instância, ou elo mediador das relações recíprocas entre Modo de Produção e Formação Social, que em outros termos, resulta da própria ação do espaço como realização da totalidade concreta de uma formação social (Santos, 1977), como se o espaço assim fosse provido de “leis próprias, específicas de sua própria evolução” (Santos, 2004, p. 181).

No entanto, a crítica de Silva (2009, p. 131) endereçada a Sha nos parece válida e pode ser estendida a Milton Santos, pois a noção de “intercambiabilidad” entre os dois conceitos não rompe com o dualismo presente em suas relações recíprocas (abstrata [geral-teórica] /concreta [específica/ aplicada]) entre Modo de Produção (MP) e Formação Social (FS), mesmo que consideradas, em ambos os casos, as “aproximaciones sucesivas” da complejidad y variación de los procesos históricos espaciales y temporales”.

É como G. Dhoquais que, segundo Vieira (1992), se equivoca justamente na articulação entre (MP) e (FS), pois não considera que as categorias são portadoras de unidade e independência, suprimindo assim, a relação dialética entre ambas, a “começar pelas categorias da própria dialética” (Rangel, 1963a, p. 23).

Ora, nesse caso seria um equívoco dizer com Santos que é “a formação sócioespacial e não o modo de produção” que “constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país” (Santos, 2006, p. 86). Se “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (Santos, 1977, p. 91), não há dúvidas que as formações sócio-espaciais refletirão justamente as especificidades dos modos de produção determinados no tempo e no espaço em sua unidade e totalidade histórica e geográfica.

Deste modo, considerar o modo de produção, mesmo vulgarizado como “o tempo da divisão do trabalho”, e ademais, que “os elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo”, não passa de um “idealismo filosófico” cristalizado, conforme já assinalamos em outras passagens, em um modelo apriorístico “estrutural-genético”, limitando em todo caso, a possibilidade de compreender, a partir da dinâmica objetiva das formações sociais periféricas, a combinação de modos de produção complexos, unidos dialeticamente em polos (interno/externo) em oposição e conflito, que geram, a rigor, novas sínteses em níveis superiores – mesmo se apresentando na realidade “aparente” como se não houvesse havido qualquer tipo de mudança em sua estrutura (Rangel, 1957b).

Aliás, é a partir dessas categorias caras ao materialismo histórico, a saber, a ideia de modos de produção fundamentais (puro) que transitam historicamente como um fio de Ariadne, enumerados por Stalin (comunismo primitivo – escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo) e suas relações fundamentais de produção, que obrigatoriamente devem ser o nosso ponto de partida, tendo em conta que em uma formação social dual como a brasileira, isto é, uma formação social complexa, a combinação entre relações fundamentais de produção se fazem em obediências a leis. Isto quer dizer que mesmo que a civilização humana, observada em seu conjunto, possa representar um movimento não linear e irreversível, com avanços e recuos, com “movimentos pela estrada real ou por atalhos”, o eixo principal dessa marcha histórica ainda é o mesmo, a saber, as vias de transição do capitalismo ao socialismo (Rangel, 1978).

Em outras palavras, é preciso “conhecer séria e exaustivamente o processo econômico” subordinando o espaço geográfico ao “imperativo econômico” (Rangel, 1963a, p. 19), e não ao dado “político”, como “papel motor” da estrutura espacial (Santos, 2004, p. 184). Afinal, se tomarmos como referência as contradições antagônicas de uma sociedade como a brasileira, que é dual por excelência, é possível extrair daí a coexistência de múltiplos modos de produção “em condição de virtual igualdade” (Rangel, 1978, p.86), isto é, formações sociais complexas que “combinam dialeticamente várias estruturas elementares, não podendo, portanto, ser entendidos, senão com a condição de conhecemos muito bem as referidas estruturas elementares” (Rangel, 1968, p. 7).

## **A PROPOSTA DE GEOSSISTEMAS NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE AZIZ NACIB AB'SABER, JOÃO JOSÉ BIGARELLA E CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO**

Quando se trata do paradigma de geossistemas em seus diversos níveis e escalas, são poucos, quando não raros, os intelectuais que se mantêm alertas as imbricadas concepções engendradas do paradigma enquanto meta-teoria e ferramenta indispensável a ciência do planejamento.

Com efeito, o escamoteamento do paradigma no debate público permitiu que houvesse uma substituição das diretrizes de planificação regional (Ab'Saber, 1969) por estudos-mercadoria de baixa qualidade (Mamigonian, 1978) como as de ordenamento do território e organização/produção

do espaço - imbuído de precárias visões localistas baseadas na competição, na produtividade, e no individualismo (Gaspar, 1996), ao passo que se tornou corriqueiro nas pesquisas científicas uma verdadeira espécie de “voluntarismo absolutamente” passivo e inepto (Rangel, 1999, p. 218) tanto nos órgãos de planejamento como nas universidades neste primeiro quartel do século XXI.

A título de exemplo, basta lembrar uma obra de grande envergadura como foi o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, quando na contramão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA - julho/2004) produzido pelo Ministério da Integração, o geógrafo Aziz Ab’Saber foi um dos raros intelectuais que no campo da geografia brasileira passou a realizar um balanço, não isento de críticas, em defesa do projeto, questionando a quem serviria a transposição das águas (Ab’Saber, 2005a).

Vale lembrar, que desde o início, os serviços prestados pelas três empresas de consultoria na preparação do EIA (as brasileiras, JP Meio Ambiente e Agrar, e a americana Ecology Brasil) bem como no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para a Redelimitação do Semiárido brasileiro não constava na equipe de profissionais responsáveis pelos estudos técnicos a presença de geógrafos, - estes que conhecem profundamente as diversidades do país, além de possuir ampla interdisciplinaridade nas áreas do conhecimento em suas escalas de análise (Ab’Saber, 2005b) bem como o “entendimento do que seria a integração dos fatos” e a maneira de aproximá-los como “meio de percepção da qualidade ambiental” (Monteiro, 2001, p. 87). Já quanto ao segundo relatório final de competência governamental era marcante “à total ausência de estudos básicos sobre a dinâmica climática macrorregional” (Ab’Saber, 2006a, p. 9).

Ora, na argumentação de Ab’Saber (2004, p. 3) havia uma necessidade de se fazer previsões de impactos positivos e negativos, como é o caso do levantamento dos agricultores sertanejos que abastecem as feiras locais pela prática do cultivo de vazantes na região do Jaguaribe (Ceará) - “região que pretensamente” seria “a mais beneficiada pela transposição das águas”.

Disto, postulou dos órgãos de planejamento um maior “aprofundamento do conhecimento e da obtenção de dados meteorológicos sobre os mais diversos espaços do sertão”, pois sustentava que no inverno (astronômico), quando se reduzia o volume das águas do São Francisco, haveria um grande dilema a ser resolvido no abastecimento de água do eixo-Leste para as hidrelétricas de Paulo Afonso, Itaparica, e Xingó, ao mesmo tempo em que seria necessário transpor “mais águas para além-Araripe, onde todos os rios sertanejos perdem correnteza por longos meses” (Ab’Saber, 2006b, p. 12-13).

Do mesmo modo, no baixo-médio São Francisco, região da cidade sertaneja Xique-Xique (Bahia), apontou uma série de equívocos sobre o problema das dunas quaternárias fixas (paleodeserto regional), - “a maior massa de areias existentes em qualquer parte do território brasileiro” – sujeitas a forte ameaça de assoreamento do rio, além de criticar as iniciativas de planejadores inexperientes em elaborar projetos de preservação permanente para o psamo-bioma daquele ambiente (Ab’Saber, 2006c, p. 3).

Para Ab’Saber, a falta de combinações geográficas entre os aspectos físicos e humanos no estudo regional do complexo geográfico dos sertões secos, inibe qualquer tentativa rigorosa de compreender os problemas, e propor soluções factíveis de integração estratégica na região – como foi o caso da proposta de armazéns do sertão, que buscava “minimizar a pobreza de alguns milhões de nordestinos” (Ab’Saber, 1999, p. 37).

Com todo seu rigor, salientava que era preciso retomar as ideias de planejamento regional no longo prazo integrado em suas formas areolares, e não somente lineares ou pontuais, contemplando assim, “todos os setores da vida regional, em termos de reorganização dos espaços mal utilizados”,

e em termos do “aumento da produtividade e elevação de padrão de vida” no desenvolvimento econômico do semiárido (Ab’Saber, 1969, p. 265).

Em outras palavras, era preciso retomar a proposta de Geossistemas (fisiologia da paisagem), para observar que os processos de desertificação do nordeste seco tomado como core do planejamento regional em curso, só seria possível combinado aos demais domínios morfoclimáticos e fitogeográficos mais úmidos dos países, para entender os verdadeiros “esquemas de degradação ambiental e a verdadeira desertificação antrópica” (Ab’Saber, 1977, p. 3).

Por essas e outras razões, “os esforços do planejamento regional, a nível do real, deveriam ser dirigidos para a preservação ao máximo da própria fisiologia da paisagem” (Ab’Saber, 1977, p. 16). Sem uma criteriosa seleção “de áreas [...] do ponto de vista da organização agrária e proteção dos tecidos ecológicos” seria impossível resolver os problemas de preservação, manejo e exploração do espaço sem os riscos de degradação (Ab’Saber, 1977, p. 17).

É daí que se pode extrair um planejamento agrícola e regional integrado, dotado das técnicas racionais e mais sofisticadas do uso do solo como questão central do “uso nacional do espaço total”, para que se possa exigir um melhor “tratamento das variáveis ecológicas na organização e ordenação” espacial, e suas respectivas escalas (Ab’Saber, 1977, p. 19).

De modo geral, é possível afirmar que a crítica ao planejamento regional nordestino de Ab’Saber é recorrente no debate público e se estende por toda sua obra no melhor “espírito de missão da ciência geográfica”, difundida pelos primórdios da “AGB em particular”, e de “toda a intelectualidade brasileira” formada nos idos da década de 40 (Mamigonian, 2013, p. 26-27). Nesse período, o geógrafo paulista já se desponava como profundo convedor do Nordeste, ao elaborar e dirigir ao lado dos geógrafos Mario Lacerda de Melo e Walter Alberto Egler, o guia da excursão n.7 (Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba) realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia promovido no Brasil pela União Geográfica Internacional (UGI) em 1956 (Melo, 1958).

Vale lembrar que esse congresso foi um divisor de águas na atividade geográfica (Monteiro, 1980), principalmente no que diz respeito aos “novos métodos de pesquisa” aberta pelo diálogo entre geógrafos do Brasil e do mundo (Pereira, 1958, p. 405). O próprio discurso de abertura do congresso pelo “então presidente Juscelino Kubitschek” (Santos, 1989, p. 187), não deixa dúvidas quando diz que a ciência geográfica no país “atingiu sua maturidade” (Brasil, 1956, p. 221).

Com efeito, a capacidade de colaboração do Conselho Nacional de Geografia (Romariz, 2007, p. 178) junto às representações não governamentais de “geógrafos das diferentes regiões brasileiras”, encabeçadas pelo então presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) professor José Veríssimo da Costa Pereira (Peluso, 1992, p. 15), ultrapassaram o desafio de realização do Congresso, pois trazia consigo uma consequência imediata de grande envergadura que se deu com “a contratação de vários professores universitários de geografia” como já assinalamos anteriormente para a promoção de “cursos especiais aos nossos docentes universitários e corpo técnico” (Monteiro, 1980, p. 18).

Foi dessa influência extraordinária da escola francesa de geografia em visita ao Brasil, sobretudo por Jean Dresch, Jean Tricart e Cailleux, que permitiu Ab’Saber ultrapassar as barreiras enigmáticas, e as limitações da bibliografia até então disponível naquele momento forjando aquilo que seria sua maior consagração como um dos maiores geógrafos imortais: a Teoria dos Redutos/Refúgios (Mamigonian, 2013).

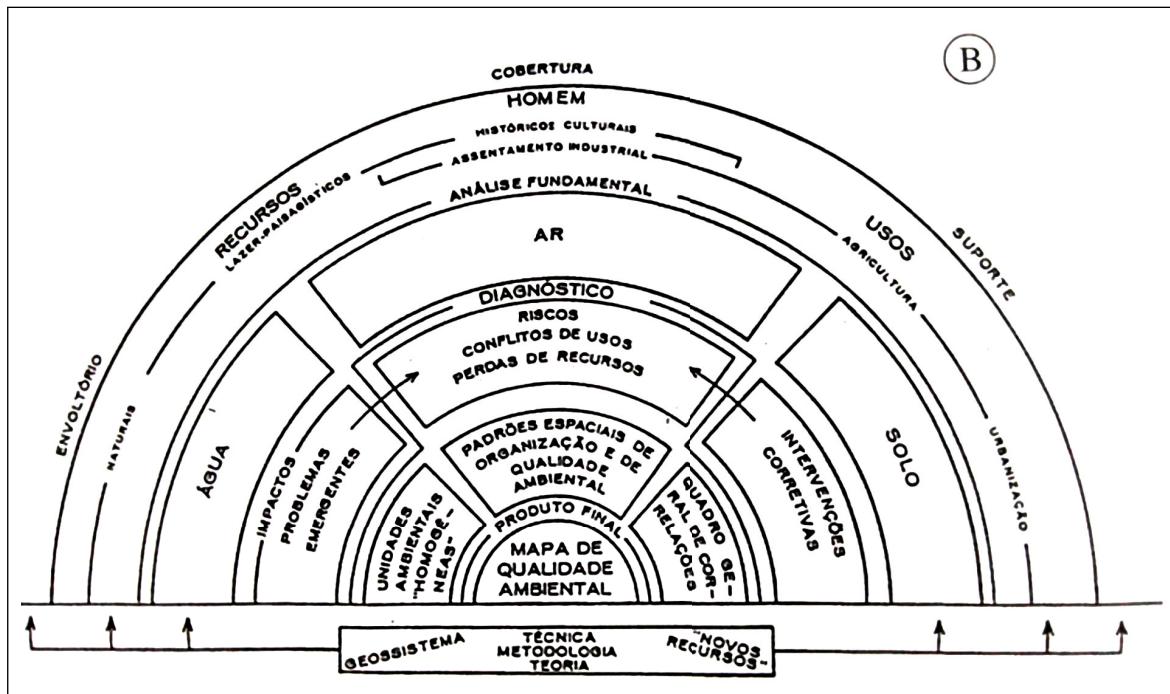
Através dos ensinamentos da geomorfologia climática de Tricart, conseguiu explicar as “stone-lines” (linhas de pedras) e suas reminiscências típicas de “certas formações de pedras... do Nordeste

brasileiro” sem cair em excessivas generalizações que atribuíam ao seu significado paleoclimático (Ab’Saber, 1992, p. 170).

Já das observações de Dresch, herdou o conhecimento comparativo das regiões áridas e semiáridas do mundo, tanto em seus aspectos físicos quanto humanos como bem destacou em suas lembranças do segundo ou terceiro dia da excursão n.7 do Congresso: o professor Dresch, arguto conhecedor do Saara, dizia que o sertão (Nordeste Seco) não devia ser considerado um deserto, pois havia nessa região semiárida grande densidade populacional espalhada por toda parte, e os problemas se dariam “por causa disso, de excesso de gente em espaço de grande rusticidade” (Ab’Saber, 2007, p. 67). Já no deserto do Saara a concentração humana se dava exclusivamente em oásis, havendo um controle de natalidade limitada pelas próprias condições naturais, já que nos grandes espaços secos – “desertos pedregosos, desertos rochosos, campos de dunas imensas” – se transitava, mas não se vivia (Ab’Saber, 2010, p. 543).

Por outro lado, deve-se notar que além das contribuições oriundas dos geógrafos marxistas franceses, Ab’Saber chega de forma pioneira à Teoria dos Redutos e Refúgios Florestais por três aspectos essenciais: 1) sua interdisciplinaridade junto aos estudos paleoclimáticos e paleo-ecológicos do professor José Bigarella (Ab’Saber, 2011), - que corrigiu a “ideia europeia tradicional” invertendo o diagnóstico sob a condição climática da glaciação pleistocênica, onde “nas regiões áridas o clima se umidificava, enquanto nas regiões úmidas tornava-se semi-árido” (Mamigonian, 2016, p. 161); 2) a teoria dos refúgios florestados originalmente esboçada pelos estudos de zoologia sistemática de Paulo Vanzolini, - que em um caminho oposto aos estudos do biogeógrafo alemão J. Haffer apresentou conclusões “incrivelmente semelhantes” as suas sem conhecimento prévio (Vanzolini, 1970, p. 45); 3) e por seus próprios estudos de tipologia dos brejos, que permitiu a reconstrução do passado “para entender como foi a distribuição geral da vegetação de três a quatro milhões de quilômetros ao sul do território brasileiro, quando os climas secos foram ampliados a partir do Nordeste, ou de setores do Nordeste” (Ab’Saber, 2010, p. 544).

De modo geral, essas relações se consumaram em “uma das maiores revoluções da geomorfologia climática mundial” a cargo de Aziz e Bigarella, permanecendo até hoje o mais relevante marco teórico-metodológico das pesquisas de geomorfologia geográfica (Vitte, 2011, p. 99). Ao modificar profundamente o paradigma interpretativo da evolução e da gênese das formas de relevo nos respectivos domínios morfoclimáticos do quaternário, - com a tarefa de “salvaguardar as riquezas naturais e utilizá-las melhor para lutar contra a miséria e a fome” (Tricart, 1963, p. 22) – Ab’Saber e Bigarella abriram caminho na geografia brasileira para “a importância da sequência no estudo dos processos” climáticos (Monteiro, 2011, p. 137), suas noções de “dinâmica, gênese e ritmo” do fenômeno atmosférico (Sant’anna Neto, 2004, p. 99) revelados nos trabalhos do professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro com a “proposta de Geossistemas” (Figura 1) (Monteiro, 2008, p. 113).



Fonte: Monteiro, C. A. de F. M. A Concepção Geral da Pesquisa/ Bahia-CEI-SEPLANTEC (1987). In: Geossistemas: a história de uma procura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.82.

**Figura 1.** Concepção Geossistêmica de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro.

É interessante observar que nesse percurso de renovação da ciência geográfica, a Climatologia dinâmica no Brasil emerge com uma nítida diferenciação entre os propósitos da Meteorologia e os da Geografia. As contribuições do meteorologista brasileiro Adalberto Serra com estudos das frentes polares no continente sul-americano e suas “diferenças espaciais na distribuição das chuvas” (Monteiro, 1976, p. 39) permitiram o professor Monteiro romper com prognósticos meteorológicos caracterizados por “padrões espaciais de regionalização” e seus “valores indecimétricos a partir do local para o geral”, modificando assim, “a percepção do papel do comportamento climático na análise da qualidade ambiental” (Monteiro, 1999, p. 9-10).

Sob a influência da escola francesa nos estudos de sucessão e ritmo dos tipos de tempo elaborados por M. Sorre, Monteiro construiu uma verdadeira escola brasileira de climatologia geográfica (Zavatini, 2000) ao divergir dos catálogos de tipos de tempo utilizados por Pédelaborde, propondo a “perseguição do ritmo climático como estratégia operacional” (Monteiro, 1976, p. 35) a fim de expressar “as necessidades do homem na organização do espaço agrário ou urbano” e não como “critério meteorológico de afastamento ou desvio de padrões médios” (Monteiro, 1973, p. 92).

Em suma, não resta dúvida nestas primeiras décadas do século XXI, que a revolução iniciada em matéria de Geografia pelos “três monstros sagrados da geografia física brasileira: Aziz, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, e João José Bigarella” (Mamigonian, 2016, p. 159) hoje se encontra não mais objeto de uma “alternativa altruísta”, tanto “quanto aparentemente inútil” como disse Monteiro (Monteiro, 2001, p. 81).

Ora, se como os ventos costumam mudar de direção, com a chegada das novas gerações de geógrafos brasileiros, parece que o sinal dos tempos também estão mudando quando se observa a

tese de Lucas Costa de Souza Cavalcanti, “Da Descrição de Áreas à Teoria dos Geossistemas: uma abordagem epistemológica sobre sínteses naturalistas, Recife, 2013”, onde apresenta os fundamentos da teoria do Geossistemas e sua difusão no Brasil, bem como seus recentes artigos “Geossistemas do Semiárido Brasileiro: Considerações Iniciais” onde elabora uma Carta das Paisagens do Semiárido Brasileiro no qual avança “em termos de apresentação e refinamento dos limites de unidades e subunidades naturais” (Cavalcanti, 2016, p. 222), e “Oito lições sobre geossistemas, 2024”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao que tudo indica, mesmo com a perda de legitimidade desses grandes paradigmas que unificaram e unificam o natural/social, é preciso insistir na aproximação, mesmo que em unidade dialética de contrários, opostas e em conflito permanente, elevando a dicotomia natural/social a níveis superiores das quais a realidade nos confronta, do mesmo modo que a renovação do significado para a geografia no século XXI possa redefinir o seu papel como ramo do conhecimento humano, voltada para sua aplicabilidade que se dá pelo atraso das mudanças tecnológicas. Afinal, se a geografia é considerada uma filosofia das técnicas desde o século XIX, nada mais atual que retomar o cruzamento entre as disciplinas naturais e sociais das mais variadas, colocando a geografia no lugar de onde ela não deveria ter saído, isto é, na construção de um mundo novo, e na explicação oriunda das crises e transições desse mundo-velho-mundo ainda regido pelo imperialismo e pelo colonialismo de novo tipo.

## **NOTAS**

3 ENTREVISTA. Aziz Ab'Saber: “Aprender a contestar os idiotas”. 2010. Disponível em: <https://candidoneto.blogspot.com/2010/01/aziz-absaber-aprender-contestar-os.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

4 Insuperável, porque como diz Sartre (2002, p. 19), essa filosofia se constitui para dar expressão ao movimento geral da sociedade e, enquanto vive, é ela que serve de meio cultural aos contemporâneos. Esse objeto desconcertante apresenta-se, simultaneamente, sob aspectos profundamente distintos, cuja unificação opera constantemente”.

5 Nesse tópico encontra-se em texto inédito a reprovação da Folha de Prova escrita para o Concurso Público para provimento de um cargo de professor Doutor, REF. MS-3, em RDIDP do Departamento de Geografia, área de Teoria e Método de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

6 Como lembra Kurz (2007), a “11ª Tese sobre Feuerbach é frequentemente colocada num contexto em que corresponderia mais a uma interpretação de filosofia de vida da famosa sentença do “Fausto I” de Goethe: “Cinzenta, caro amigo, é toda a teoria, e verde é a árvore dourada da vida”.

## **REFERÊNCIAS**

AB'SABER, Aziz. N. O legado de Jean Tricart para as Ciências Geográficas. In: **Da Teoria a prática da geografia global:** abordagem transdisciplinar proposta por Jean Tricart/ Teresa Cardoso da Silva (org.) – (Livros Geográficos; 3). Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

AB'SABER, Aziz. N. O Nordeste Brasileiro e a Teoria dos Refúgios. In: **A Obra de Aziz Nacib**

- Ab'Sáber.** Organizado por May Christine Modenesi-Gauttieri; Andrea Bartorelli; Virginio Mantesso-Neto; Celso dal Ré Carneiro; Matias Barbosa de Andrade Lima Lisboa. São Paulo: BecaBALL edições, 2010.
- AB'SABER, Aziz. N. **O que é ser geógrafo:** memórias profissionais de Aziz Ab'Saber / em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- AB'SABER, Aziz. N. **Temos que continuar a luta, seja qual for o governo**, 16 de outubro de 2006a. 4 pp. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br), Acesso em 09 de abril de 2018.
- AB'SABER, Aziz. N. A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. **REVISTA USP**, São Paulo, n.70, p. 6-13, junho/agosto 2006b.
- AB'SABER, Aziz. N. O paleodeserto de Xique-Xique. **Estudos Avançados**, São Paulo, 20 (56): 301-308, jan./abril de 2006c.
- AB'SABER, Aziz. N. **A quem serve a transposição?** In: Folha de São Paulo – Tendência e Debates – 20 de fevereiro de 2005a.
- AB'SABER, Aziz. N. O papel da geografia nos processos de planejamento. In: I Semana de Geografia da Unicamp, 26 de out. 2005b. **Anais[...]**.
- AB'SABER, Aziz. N. **Os meridianos da independência.** [Entrevista para Alessandro Greco]. O Estado de São Paulo. ALIÁS, Domingo, 19 de dezembro. P. 3. São Paulo, 2004.
- AB'SABER, Aziz. N. Dossiê Nordeste Seco. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, 13 (36): 7-59, maio/ago. de 1999.
- AB'SABER, Aziz. N. Entrevista com o professor Aziz Nacib Ab'Saber. **Geosul**, n.14, Ano VII, 2º semestre de 1992.
- AB'SABER, Aziz. N. Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical. **IGEOG – USP**, Acervo documental do Semi-árido: Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido – Estudos Básicos para a Valorização Regional. Geomorfologia, 53, 1977.
- AB'SABER, Aziz. N. Geografia e planejamento. **Revista de História**, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 257-272, 1969.
- BARRIOS, Sonia. Political Practice and Space. Massachusetts, **Antipode**, p.36-39, 1977
- BERTALANFFY, Ludwig von. An outline of general system theory. **British Journal for the Philosophy of Science**, vol.1, p.134-165, 1050.
- BRASIL. Presidente. (1956-1961: Juscelino Kubitschek). **Na Instalação do XVIII Congresso Internacional de Geografia, na Capital da República**. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1956.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. EIA-RIMA, 2004.
- CAVALCANTI, Lucas. C. de S. Geossistemas do Semiárido Brasileiro. **Caderno de Geografia**, v.26, número especial 2, 2016, p. 221.
- DE MARTONNE, Emmanuel. *Traité de Geographie Physique*, trad. port., **Panorama da Geografia**, vol. I. Lisboa: Edições Cosmos, 1953.
- DOBB, Maurice. Uma réplica. In: **A transição do feudalismo para o Capitalismo**. SWEEZY, P. (Org.) 3ª. S.; Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GASPAR, Jorge. “O Novo Ordenamento do Território: Geografia e Valores”, **Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva**, IEG/FLUC, Coimbra, 1996, pp. 707-718.

- HUMBOLDT, Alexander von. **Briefe über Kosmos**. Gerhard Cotta (org). Leipzig. 1848.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria**: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. O problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007. Transcrição por Fernando Araújo. Disponível:<https://www.marxists.org/portugues/kurz/2007/mes/arvore.htm#:~:text=A%2011%C2%AA%20Tese%20sobre%20Feuerbach,57> Acesso em: 28 out. 2024.
- LENIN, Vladimir I. **Cadernos Filosóficos**: Hegel. Trad. Paulo Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo**: Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Navegando, 2011, 270p.
- LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LIPIETZ, Alan. **O Capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. 2ª Edição aumentada. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- LUPORINI, Cesare. Reality and historicity: economy and dialectics in Marxism, **Economy and Society**, London, 4:2, 1975, p.206-231.
- MAMIGONIAN, Armen. Visão Geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, n.1, p.7-44, 2019.
- MAMIGONIAN, Armen. Bigarella, o Humboldt brasileiro? **Espaço Aberto**, v.6, n.2, 2016, p.159-163.
- MAMIGONIAN, Armen. Aziz Ab'Saber, o geógrafo imortal. In: **Caminhos de Ab'Sáber**. Caminhos do Brasil / Maria Auxiliadora da Silva, Itaciane Ramos, Paula Regina Cordeiro (Org.); [apresentação], Maria Auxiliadora da Silva. - Salvador: EDUFBA, 2013. 139 p.
- MAMIGONIAN, Armen. "Entrevista". In: **Boletim Paulista de Geografia**, AGB-SP, nº 88, p.27-30, 2008.
- MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v.6, p.7-45, maio 2003.
- MAMIGONIAN, Armen. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v.14, n.28, p152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999a, p.152-157.
- MAMIGONIAN, Armen. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999b.
- MAMIGONIAN, Armen. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999c.
- MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a Geografia Urbana Brasileira. In: **3º Encontro Nacional de Geógrafos** (Sessões Dirigidas). Fortaleza: AGB, 1978, pp. 31-36. **Anais**[...].
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (Vol. IV). São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MELO, Mario Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Guia da excursão n.7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **A Geografia Neste Agora E Num Certo Outrora**. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2020. (Livros Geográficos; v.8).

- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Relembrando Jean Tricart. In: **Da Teoria a prática da geografia global:** abordagem transdisciplinar proposta por Jean Tricart/ Teresa Cardoso da Silva (org.) – (Livros Geográficos; 3). Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Geografia Sempre:** O homem e seus mundos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2008.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Geossistemas:** a história de uma procura. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. O Estudo Geográfico do Clima. **Cadernos Geográficos /** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – nº 1 (Maio 1999) – Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 1999.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Geografia no Brasil (1934-1977). In: \_\_\_\_\_. IGEOG – USP, Série Teses e Monografia, nº37. São Paulo: USP, 1980.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Teoria e Clima Urbano. In: \_\_\_\_\_. IGEOG – USP, Série Teses e Monografia, nº25. São Paulo: USP, 1976.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Climatologia do Brasil ante a renovação atual da Geografia: Um depoimento. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros – **Simpósio Renovação da Geografia**, XXV Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, 1973.
- MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- PELUSO JR, Victor A. Entrevista com o Prof. Antonio Peluso Junior. **Geosul**, Florianópolis, v.6, n.12, 7-22, 1991.
- PEREIRA, José V. da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil.** V.1 São Paulo: Melhoramentos, 1955, p. 349-461.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** Florianópolis: UFSC, 1989.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V.2
- RANGEL, Ignacio Mourão. 500 Anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, n.15, v.8, p.7-12, 1993.
- RANGEL, Ignacio Mourão. “Vamos sair da crise”: um debate com Ignácio Rangel e Luiz Carlos Bresser Pereira. **Geosul**, v.14, n.28, p.201-225, jul./dez. de 1999.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. (Coleção Retratos do Brasil; v.158).
- RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e escravismo colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1(3): 79-92, set. de 1978.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Prefácio à Losada Aldana. In: **Dialética do Subdesenvolvimento.** Tradução de Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- RANGEL, Ignacio Mourão. A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.4-5, p.14-24, jun-set, 1963a.
- RANGEL, Ignacio Mourão. **Dualidade Básica da Economia Brasileira.** Textos brasileiros de Economia -21.4.-. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.
- RANGEL, Ignacio Mourão. Desenvolvimento e Projeto. Separata n.9, Belo Horizonte, **Revista**

**Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1957a.**

ROMARIZ, Dora Amarante. Entrevista com a Prof. Dora Amarante Romariz. **Geosul**, Florianópolis, v.22, n.44, 175-195, 2007.

SANT'ANNA NETO, João Lima. História da climatologia no Brasil - Gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico. **Cadernos Geográficos**, n.7, Departamento de Geociências/UFSC. Florianópolis, maio de 2004. 124p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, Florianópolis, n.7, v.4, p.116-147, 1989.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977, p.81-99.

SANTOS, Milton. Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido”, Seleção de Textos nº 1, **AGB**, Seção Regional de São Paulo, p. 17-23, dez. 1976.

SARTRE, J.-P. “Questões de Método”. In: **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHAEFER, Fred K. O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. Rio Claro, **Boletim Geografia Teorética**, v.7, n.13, p.5-37, 1977.

SERENI, Emilio. De Marx a Lenin: a categoria de formação econômico-social. **Revista Meridiano**, Buenos Aires, n.2, p.297-346, 2013.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos e marxianos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A., 2009.

TRAGTENBERG, Mauricio. A delinquência acadêmica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 57, nº18.141, Folhetim, p.12-13, 3 dez. de 1978.

TRICART, Jean. Tendências atuais da geomorfologia. In: **Visitas de mestres franceses**. Rio de Janeiro, IBGE. 1963. p.1-22

VANZOLINI, Paulo. E. Zoologia sistemática, geografia e a origem das espécies. In: \_\_\_\_\_. **IGEOG – USP, Série Teses e Monografia**, nº003. São Paulo: USP, 1970.

VIANNA, Luis Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Reivan, 2004.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. (1992). **Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CFH, UFSC, Florianópolis, 1992.

VITTE, A. A construção da geomorfologia no Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.12, n.3, p.91-108, 2011.

ZAVATTINI, João A. O Paradigma da Análise Rítmica e a Climatologia Geográfica Brasileira. **Revista Geografia**, AGTEO, Rio Claro, v. 25, n. 3, p. 25-43, 2000.